

## PLANO DE ENSINO

**Curso:** Direito, DOURADOS, Matutino (2011) - 3ª Série  
**Professor:** ACELINO RODRIGUES CARVALHO  
**Disciplina:** Direito Processual Civil - Processo de Conhecimento - Turma "U"  
**Carga Horária:** 136 h **Período Letivo:** 01/2015 a 12/2015

### Ementa:

Do Processo de Conhecimento. Da formação, suspensão e extinção do processo. Processo e Procedimento. Procedimento Sumário. Procedimento Ordinário: fase postulatória. Petição Inicial. Tutela Antecipada. Resposta do Réu. Revelia e reconhecimento do Pedido. Fase de saneamento. Providências preliminares. Julgamento conforme o Estado do Processo. Saneamento do Processo. Fase Probatória. Prova. Depoimento pessoal do processo. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Audiência de instrução e julgamento. Fase decisória. Sentença. Coisa Julgada. Recursos. O processo nos Tribunais.

### Objetivo:

- Fornecer condições e referenciais teóricos para uma visão crítica e atual do Direito Processual Civil, destacando-se sua instrumentalidade, tendências modernas e responsabilidade social dos cidadãos frente ao incentivo do acesso à justiça e a busca por uma "ordem jurisdicional justa" no atual contexto, a partir dos estudos e análises de conceitos e princípios elementares de Jurisdição.

### Conteúdo:

A crise do processo  
Da formação do processo, da suspensão e da extinção do processo  
Processo e procedimento  
Do processo como instrumento da jurisdição ao processo como instrumento de garantia de direitos.  
O processo como entidade complexa: a relação jurídica processual e o procedimento  
As diferentes espécies de processo  
Procedimentos no processo de conhecimento  
Procedimento sumário  
Estrutura  
Causas em que se aplica  
Desenvolvimento  
Procedimento ordinário  
Estrutura: fase postulatória, fase de saneamento, fase instrutória e fase decisória  
Petição inicial  
Conceito  
Requisitos  
Exame da inicial: deferimento, emenda e indeferimento da inicial, julgamento de ação repetitiva  
Pedido  
Conceito  
Classificação  
Características

Requisitos  
Espécies  
Cumulação  
Aditamento  
Interpretação  
6.4. Antecipação de tutela  
Conceito  
Fundamento  
Hipóteses de concessão e seus pressupostos  
Tutela antecipada no caso de fundado receio de dano  
Tutela antecipada na hipótese de abuso do direito de defesa  
Tutela antecipada em caso de pedido incontroverso  
A necessidade de fundamentação  
Natureza da decisão antecipatória de tutela  
A efetivação da tutela antecipatória  
Antecipação de tutela na sentença  
Antecipação de tutela nos tribunais  
Antecipação de tutela nas obrigações de fazer e de não fazer e para entrega de coisa  
Efetivação da decisão antecipatória de tutela  
Tutela antecipatória e tutela cautelar: a fungibilidade das tutelas de urgência  
Resposta do réu  
Atitudes do réu diante da citação  
Resposta do réu no sistema do CPC  
Prazo para resposta  
Momento para a resposta  
Exceção: direito de defesa  
Fundamento  
Espécies de defesa  
Forma  
Contestação  
Conceito  
Princípio da eventualidade  
Conteúdo  
Requisitos  
Ônus da impugnação  
Réplica  
Exceção  
Generalidades  
Exceção de incompetência  
Exceção de impedimento e suspeição  
Reconvenção  
Conceito  
Natureza  
Cumulação objetiva  
Fundamento  
Pressupostos da admissibilidade  
Procedimento  
Autonomia procedimental

Recurso  
Revelia  
Conceito  
Caracterização  
Efeitos  
Causas excludentes dos efeitos da revelia  
Comparecimento posterior do revel  
Alterabilidade do pedido e da causa de pedir em caso de revelia  
Reconhecimento jurídico do pedido: cabimento e pressupostos  
Ação declaratória incidental  
Conceito  
Ponto e questão  
Questões Prévias: preliminares e prejudicial  
Natureza  
Objeto  
Fundamento  
Função  
Pressupostos  
ADI e revelia  
ADI no procedimento sumário  
Legitimidade  
Procedimento  
Recurso  
Fase de saneamento do processo  
Providências preliminares  
Etapas  
Providências  
Julgamento conforme o estado do processo  
Extinção anômala do processo  
Julgamento antecipado da lide  
Saneamento do processo: audiência preliminar  
Prova  
Teoria geral das provas  
Conceito  
Finalidade  
Destinatário  
Objeto  
Meios de prova  
Momento  
Fatos que independem de prova  
Ônus da prova  
Poderes probatórios do juiz: verdade real e verdade formal  
Prova indiciária  
Prova ilícita  
Prova emprestada  
Das Provas em espécies  
Interrogatório  
Depoimento pessoal

Confissão  
Prova documental  
Exibição de documento ou coisa  
Prova testemunha  
Prova pericial  
Inspeção judicial  
Audiência de instrução e julgamento  
Conceito  
Características  
Atos preparatórios  
Fases  
Adiamento  
Documentação  
Sentença  
Conceito  
Elementos  
Espécies  
Classificação da sentença de mérito  
Efeitos  
Coisa julgada  
Conceito  
Coisa julgada formal e coisa julgada material  
Sentenças que não fazem coisa julgada  
Limites objetivos da coisa julgada  
Limites subjetivos da coisa julgada  
Eficácia preclusiva da coisa julgada  
A coisa julgada nas ações coletivas  
Recursos  
Teoria geral dos recursos  
Conceito de recurso  
Natureza  
Finalidade  
Princípios inspiradores do sistema recursal  
Juízo de admissibilidade e juízo de mérito  
Pressupostos da admissibilidade  
Efeitos  
Classificação  
Recursos em espécie  
Apelação  
Agravo  
Embargos de declaração  
Embargos infringentes  
Recurso ordinário constitucional  
Recurso especial e recurso extraordinário  
Embargos nos tribunais superiores  
Recurso adesivo  
Incidentes no procedimento recursal  
Uniformização de jurisprudência

Declaração de Inconstitucionalidade  
Generalidades  
Pressupostos  
Procedimento  
Declaração de constitucionalidade  
Generalidades  
Pressupostos  
Procedimento  
Homologação de sentença Estrangeira  
Cabimento  
Competência  
Pressupostos  
Procedimento  
Ação rescisória  
Natureza  
Objeto  
Hipóteses de cabimento  
Legitimação ativa  
Antecipação de tutela  
Juízo rescisório e juízo rescindendo  
Procedimento  
A ordem dos processos nos tribunais

### **Metodologia:**

Aulas expositivas e dialogadas em que se procurará aliar a teoria à prática, com a consequente participação dos estudantes com discussão de textos legais, de doutrina e de jurisprudência e eventual realização de seminários. A disciplina será ministrada levando-se em conta as modificações operadas no sistema processual com vistas não apenas à atualização dos conteúdos, mas também à compreensão dos fundamentos para as reformas implementadas pelo legislador.

### **Bibliografia:**

#### 1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil. v. 1-2. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECCO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. v. 2. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil: processo de conhecimento. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

THODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I. 40. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (coord). Curso avançado de processo civil. v. I. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

#### 2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. v. 2. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BRASIL. Código de processo civil (Lei 13105/2015)

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. v. 2-3. São Paulo: Saraiva, 2007.

DIDIER JR.; Fredie. Curso de direito processual civil. v. 1 e 3. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Fundamentos do processo civil moderno. v. I-II. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

FUX, Luiz (coord.) O novo processo civil brasileiro: direito em expectativa. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme. Antecipação da tutela. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual Civil. v. I. 9. ed. São Paulo: Millennium Editora, 2003.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios fundamentais: Teoria geral dos recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

\_\_\_\_\_. Código de processo civil comentado. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SILVA, Ovídio A. Batista da. Curso de processo civil. v. I. 5. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

WATANABE, Kazuo. Da cognição no processo civil. Campinas: Bookseler, 2000.

### **Critérios de Avaliação:**

1 – Avaliações periódicas:

A verificação da aprendizagem durante o ano letivo far-se-á através de duas (02) a quatro (04) avaliações constantes de provas escritas ou orais, cujas datas serão fixadas de acordo com as normas da UEMS, com antecedência mínima de sete (07) dias da realização, além de seminários, relatórios, resumos e fechamentos de obras ou capítulos de obras, comentários de artigos e de jurisprudências, resenhas de obras jurídicas, participação e relato de atividades práticas e outros meios, sempre com temas e datas previamente estabelecidas, apurando-se a média anual pela somatória das notas e divisão pelo número de avaliações, buscando a obtenção da média 6,0 (seis).

2 – Prova optativa:

Será oferecida avaliação optativa de conformidade com as normas da instituição.

3 – Exame final

Aos acadêmicos que porventura não lograrem êxito na obtenção da média igual ou superior a 6,0 (sete), será facultado submeter-se ao exame final, nos moldes exatos das normas regulamentares da Instituição.

---

ANDRE MARTINS BARBOSA  
Coordenador de Curso

---

ACELINO RODRIGUES CARVALHO  
Professor